DO SAGRADO DO TERREIRO DE UMBANDA DE MÃE ZIMÁ DE OGUM AO SAGRADO ANCESTRAL DAS LUTAS DAS MULHERES NEGRAS: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR A PARTIR DE UMA VISÃO INTERSECCIONAL.

Daniele Alves Marinho

Resumo: Esta proposta de pesquisa tem como principal interlocução as práticas de cura relacionadas a modos de saber, fazer e viver que constituem um patrimônio da saúde da Umbanda. Almeja pensar esses atos em seu prisma de auxílio às vítimas de violência doméstica e familiar. Para tanto, pretendo descrever e interpretar os recursos terapêuticos como estratégias utilizadas no território terreiro que se apresentam como práticas de cuidado que se organizam desde uma perspectiva afrocentrada em relação a outras práticas de cuidado e conhecimento, como a da própria medicina euroamericana contemporânea. Como campo de pesquisa, apresento o Terreiro de Ogum Magé da Mãe Zimá, nomeada a primeira Mestra da Cultura da Umbanda no Estado do Ceará (SecultCE) e contemplada também com o título de Notório Saber em Cultura Popular (UECE) em 2018. A investigação tem dois eixos de força: A Umbanda, rico mosaico histórico que representa a minha fortaleza e herança dos meus ancestrais, o enfrentamento da violência contra a mulher, onde proponho problematizar a história dos saberes e das memórias da Umbanda, traçando um diálogo com o conhecimento ancestral dos mais velhos e dos mais novos que envolvem práticas terapêuticas em diálogo com o patrimônio cultural, baseada na intervenção de guias espirituais cujos protocolos de saúde circundam em folhas, banhos, beberagens, benzimentos, liturgias ente outros cuidados populares, fazendo uma encruzilhada do passado e presente na contramão da intolerância religiosa contra as matrizes afro-indígenas realizado, em especial por mulheres, tendo como foco, o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Palavras-chave: Umbanda, Mãe Zimá, Violência doméstica e familiar;

Conforme o Mapa do Feminicídio de 2015, o Brasil saiu da sétima posição, para a quinta posição como o país que mais assassinou mulheres em todo o mundo. Ainda de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a violência contra a mulher cresceu em 2022.

Essa também foi a conclusão do relatório “Visível e Invisível: a vitimização das mulheres no Brasil.” divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os feminicídios cresceram 6,1% resultando em 1437 mulheres mortas. As agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9% totalizando 245.713 casos, as ameaças que é uma das formas de violência psicológica que o agressor pode exercer sobre a mulher, cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos e os acionamentos no 190, número de emergência na Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora.

Na esfera penal, a violência psicológica foi tipificada em 2021 pela Lei 14.188 e resultou no registro de 24.382 boletins de ocorrência, assim como a perseguição, prática

conhecida como “Stalking” resultou em 56.560 casos. O percentual do local de ocorrência dos feminicídios e das demais mortes violentas de mulheres do Brasil, 69,3% ocorrem na residência, confirmando a pesquisa da ONU que aponta que o lugar mais perigoso para uma mulher é a própria casa.

Quando fazemos o recorte de raça, as vítimas de feminicídio de mulheres negras equivale a 61,1%, enquanto a de mulheres brancas 38,4%, isso mostra que essas identidades são articuladas por marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe. A compreensão dos dados sobre violência doméstica baseada em gênero, ou mesmo dos casos de feminicídio deve considerar ainda o alto índice de subnotificação, não por incompetência do Estado, mas por descaso.

Vilma Piedade (2017), professora e escritora, graduada em letras e pós graduada em literatura pela UFRJ, traz um novo conceito, o de dororidade, visando abarcar as mulheres negras:

> Sororidade une, irmana, mas não basta para Nós - Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser, sendo. Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados… A Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude (PIEDADE, Vilma. 2017. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós.)

Aliado a isso, há uma ênfase na experiência de mulheres cisgêneras, que, como efeito, alocam a violência doméstica baseada em gênero sofrida por mulheres trans e travestis em outras tipologias que também merecem atenção, o que me faz lembrar da frase sempre dita pela ativista preta e Travesti, Tina Rodrigues (In Memorian) “Quem chorará por nós? “.

> “Em função disso, permanece fundamental comparar os dados oficiais aos produzidos pela sociedade civil, nas figuras dos relatórios anuais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Grupo Gay da Bahia (GGB), que seguem contabilizando mais vítimas que o Estado, mesmo dispondo de menos recursos que a máquina pública. A ANTRA contabilizou 131 vítimas trans e travestis de homicídio (BENEVIDES, 2023). O GGB contabilizou 256 vítimas LGBTQIA+ de homicídio no Brasil (MOTT et al., 2023). O Estado deu conta de contar 163, 63% do que contabilizou a organização da sociedade civil, demonstrando que as estatísticas oficiais pouco informam da realidade da violência contra LGBTQIA+ no país.” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2023. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.)

Diante desses dados percebem0s que é preciso muita luta, resiliência e organização política, para aplicarmos os fundamentos do feminismo negro “O empoderamento também

exige mudar as injustas instituições sociais com que os afro-americanos vêm deparando de geração em geração". (COLLINS, 2019, p. 433). Mas isso só será possível de forma coletiva, consciente e com muita disposição como esclarece bell hooks:

> Resistimos à dominação hegemônica do pensamento feminista insistindo que ele é uma teoria em formação, em que devemos necessariamente criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades. Minha crítica persistente foi construída por minha condição de membro de um grupo oprimido, por minha experiência com a exploração e a discriminação sexistas e pela sensação de que a análise feminista dominante não foi a força que moldou minha consciência feminista. Isso se aplica a muitas mulheres. Há mulheres brancas que nunca tinham cogitado resistir à dominação masculina até o movimento feminista criar uma consciência de que elas poderiam e deveriam. Minha consciência da luta feminista foi estimulada pela circunstância social. (HOOKS, b. 2019. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante. 356 p. ISBN 978-85-93115-21-9.)

Dessa forma, bell hooks me faz compreender que devemos pensar as lutas de forma crítica, trazendo para a pauta as nossas realidades e dessa forma nos organizando de forma coletiva para combate-las.

Com dezessete anos de existência, a Lei Maria da Penha 11340/2006, é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) um dos três maiores instrumentos legais em todo o mundo de combate à violência contra a mulher onde aponta os cinco os tipos de violência contra a mulher: Violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Porém precisamos observar que a vítima que inspirou a lei é uma mulher lida socialmente de cor branca, classe média e possui ensino superior. Mesmo compreendendo que a violência doméstica e familiar atinge a todas as mulheres, é importante destacar que existem corpos violentados que causam maior comoção e atenção por parte, tanto das políticas públicas como por parte da sociedade.

Na disputa por narrativas dissidentes, temos as histórias das heroínas negras, onde citamos Anastácia. Em A Máscara, a teórica e artista Grada Kilomba relata uma versão de sua biografia citada no artigo Escrava Anastácia: The Iconographic History of a Brazilian Popular Saint de Jerome S. Handler e Kelly E. Hayesh:

> "Sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para Bahia, Brasil e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno dessa família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana-de-açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá antes de ter sido capturada por traficantes de escravos europeus e trazida para o Brasil. Enquanto outros ainda contam

> que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravidão. Segundo todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que a impedia de falar. As razões dadas para esse castigo variam: Alguns relatam seu ativismo político no auxílio em fugas de outro(a)escravizado(a)s; outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do mestre branco. Outra versão ainda transfere a culpa para o ciúme de uma sinhá que temia beleza de Anastácia. A ela é alegada a história de possuir poderes de cura imensos e de ter realizado milagres Anastácia era vista como santa entre escravizados(as) africanos(as). Após o longo período de sofrimento, ela morre de tétano causado pelo colar de ferro ao redor do seu pescoço."(HANDLER, Jerome; HAYES, Kelly. 2009. *Escrava Anastácia: the iconographic history of a Brazilian popular saint*. African Diaspora: Journal of Transnational Africa in a Global World, n. 2: 25-51.)

Nesse sentido, a historiografia de Anastácia permite refletir sobre as violências contra as mulheres negras no presente e traçar táticas de sobrevivência. Diante do fato, é importante trazer a historicidade dos movimentos de mulheres negras na luta pela reconstrução da memória e justiça. A pesquisa também propõe construir referenciais que são necessários para a descolonização das mentes e da construção de uma imagem positiva da África e de suas populações descendentes. relacionando-a a atual conjuntura e destacando a contribuição de novos sujeitos e movimentos como o trabalho do Bando Somos Todas Marias que foi forjado nas lutas de raça, classe e gênero.

> Não há nada mais correto para os povos africanos ou pessoas africanas no mundo, do que a nossa própria experiência histórica. Se nós estamos engajados no processo de maturidade, então precisamos estudar a nossa própria cultura, a nossa filosofia, precisamos honrar nossos ancestrais, precisamos respeitar as tradições filosóficas que durante milhares de anos produzimos. Não podemos simplesmente jogar isso fora, mas a experiência da escravidão, escravatura do colonialismo, o idealismo nos colocaram longe de nós mesmos, ficamos desorientados e, consequentemente, nos tornamos imitações da Europa. (ASANTE, M. K. 2016. *Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia*. Ensaios Filosóficos, XIV.)

Dessa forma, falar sobre as lutas das mulheres negras na história é compreender que essas violências possuem uma demarcação temporal desde o período da colonialidade através dos processos de escravização, sendo pouco citadas nos livros de história.

Bia Ferreira, mulher preta, ativista e multiartista, em sua música intitulada "Cota não é esmola" cita em um trecho a seguinte frase "Existe muita coisa que não te falaram na escola…" bell hooks argumenta o:

> Desde os tempos da escravatura que as gentes brancas estabeleceram uma hierarquia social assente na raça e no sexo que punha os brancos em primeiro lugar, as brancas em segundo, ainda que por vezes no mesmo patamar dos negros, que se encontram em terceiro, e as negras em último lugar. O que isto quer dizer, no contexto da política sexual da violação, é

> que se considera mais importante e significativo uma branca ser violada por um negro que milhares de negras serem violadas por um só branco. (hooks, 2018, p. 93-4).

Nessa estrutura, as mulheres negras eram sistematicamente colocadas no último patamar desta hierarquia. Essa distorção na valoração das vítimas de violação ressalta as profundas raízes do racismo e sexismo na sociedade, perpetuando a desigualdade estrutural e a marginalização das mulheres negras.

Outras tantas autoras feministas negras, como Grada Kilomba, lembram que raça e gênero não podem ser separados, eles atuam conjuntamente, criando papéis de gênero e raça em uma lógica colonial.

> Os papéis de gênero atribuídos às mulheres negras, nesse sentido, funcionam como um parâmetro opositor nas demais construções de gênero e raça, construindo no imaginário social qual o lugar da mulher negra na sociedade. [...] raça e gênero são inseparáveis. "Raça" não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da "raça". A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de "raça" e na experiência do racismo. O mito da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de "raça" interagem [...] é difícil determinar em detalhes o impacto específico tanto da "raça" quanto do gênero, porque ambos estão sempre entrelaçados (KILOMBA, G. 2019. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cogobó. 248 p. ISBN 978-85-5591-080-7.)

onstatamos assim, a manifestação de uma forma de racismo específica, o racismo genderizado, que cria papéis de gênero, além de criar mecanismos de silenciamento e opressão, mantendo-as em condições vulneráveis, normalizando a violência histórica em suas trajetórias numa tentativa de manutenção das desigualdades sociais.

> Nesse sentido, o impacto simultâneo da opressão "racial" e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres negras e outras mulheres racializadas. Suas manifestações, explica Philomena Essed, se sobrepõem a algumas formas de sexismo contra mulheres brancas e racismo contra homens negros. Portanto, é útil falar em racismo genderizado (Essed, 1991, p.30) para se referir a opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero (KILOMBA, G. 2019. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cogobó. 248 p. ISBN 978-85-5591-080-7.)

A importância de falar sobre essa temática referendado as escritoras e pesquisas de mulheres negras promove um movimento de reconhecimento e pertencimento, contribuindo para o aumento da participação social dessas mulheres nos espaços, ditos de poder, demarcando que, por mais que os espaços acadêmicos e produção de conhecimento

não sejam lugares pensados para nós, porém decidimos que sem nós também não existirão. Seguindo uma linha na qual me inspiro e me reconheço, Bianca Santana, jornalista, doutora em Ciência da Informação pela ECA-USP nos diz que:

> "os escritos de mulheres negras e sua grande capacidade intelectual e combativa, em um cenário tão restritivo, de se constituírem como sujeitos e produzirem informações e conhecimento, permitem a existência de mais escritoras e intelectuais negras. A projeção pública que ganham escritoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo cria, no imaginário coletivo, um repertório de que mulheres negras são também escritoras, produtoras de informação, conhecimento e memória. Uma memória coletiva que não é só de mulheres negras. Mas que está sendo escrita, também, por mulheres negras (BRITO, Bianca Maria Santana de. 2020. *A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo*. Tese (doutorado em Cultura e Informação) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/t.27.2020.tde-01032021-161836. Acesso em: 15 jan. 2024.)

Pensado sobre isso, construir discursos que partem das vivências, pesquisas e espaços de construção, nos colocando como lideranças, pensadoras e intelectuais diante de pautas tão urgentes, fortalece que somente a luta muda a vida e que nossas vidas importam.

Dessa forma o Território Terreiro surge como esse lugar de acolhimento para as vítimas de violência doméstica e familiar, através de seu conhecimento e prática ancestral de saúde, colaborando para um reconhecimento identitário das mulheres negras e o seu pertencimento quanto a cultura afrobrasileira na luta contra o racismo. Com isso a pesquisa pretende questionar "Quais as contribuições de saberes tradicionais e as relações étnico-raciais do terreiro na saúde mental de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar?".

O sociólogo Lísias Nogueira Negrão na sua pesquisa intitulada "Umbanda, entre a cruz e a encruzilhada" nos ajuda na definição de Umbanda:

> Religião brasileira (ver Concone, 1987), enquanto sincretismo nacional a partir de matrizes negras (macumba, candomblé) e ocidentais (catolicismo, kardecismo) A umbanda é uma religião afro-brasileira de constituição recente, como estando dividida entre os apelos de suas raízes negras e os atrativos legitimadores da adoção dos princípios éticos cristãos. Embora pouco racionalizada e postulando uma visão de mundo predominantemente encantada, vem crescentemente moralizando-se a partir, sobretudo, das influências do ideal kardecista da caridade. Tal incorporação não é, contudo, linear, mas reinterpretada a partir da vivência concreta de seus agentes e moderada pela necessidade da cobrança por serviços religiosos prestados e pela "demanda", concepção mágica de conflito inter-individual (NEGRÃO, Lísias Nogueira. 1993. *Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada*. Tempo Social [online] 5(1-2):

113-122. Acesso em: 12 jan. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84951.)

Dessa forma, a experiência que cada filho de santo tem dentro do terreiro é única e que cada conhecimento adquirido não é comparável a vivências de outras pessoas.

A Assistente social, pesquisadora, Presidente da Associação Cultural em Tempos de Ayoká e Ìyálòrísá (mãe de santo), Kelma Luzia Nunes Otaviano, conhecida também como Kelma T'Ìyemonjá, na sua pesquisa intitulada Orí inú: Conhecimentos e práticas ancestrais afro-brasileiras na saúde mental diz:

> Nos Terreiros existem estratégias de acolhimento e cuidado em saúde que possuem referencial na Cosmologia africana, que origina uma concepção de pessoa, entendida como uma unidade corpo-alma, uma singularidade constituinte e constituída de elementos da natureza, em conexão dialógica com as forças cósmicas da ancestralidade. Nesses espaços mítico-religiosos o Babálòssaím é a pessoa preparada ritualisticamente para o manuseio, o trato com o reino vegetal, sendo um profundo conhecedor das plantas e folhas, de sua propriedade medicinal, curativas e preventivas na saúde das pessoas e usadas nos rituais, nas obrigações e no tratamento em saúde oferecidos no Terreiro, através de sacudimentos, chás, lambedores, infusões, banhos de limpeza, equilíbrio energético, com a retirada de cargas energéticas negativas e restituição de cargas energéticas positivas [...] Os Babálòssaím também ficaram conhecidos popularmente com os nomes de erveiros e mateiros, são os curandeiros ou "médicos" populares do século XIX, que atendiam à população negra que os procurava nas ruas, ensinando-lhes medicamentos para males do corpo e do espírito, com o uso de plantas e ervas. Mas esses médicos populares também utilizavam seus conhecimentos para a sua própria sobrevivência pessoal e de sua família. (OTAVIANO, Kelma Luzia Nunes. 2013. *Ori Inu: conhecimentos e práticas ancestrais afro-brasileiras na saúde mental*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE)

Mãe Kelma T'Ìyemonjá foi a pessoa responsável em me guiar ao território terreiro em 2016, quando tive a oportunidade de conhecê-la como convidada em um evento realizado pelo *Bando Somos todas Marias* chamado "Negra Sou" onde, em parceria com a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres do Município, realizamos a campanha "Fortaleza diz não a violência contra a mulher"

Através do encontro com o território terreiro, passei a ter vivências baseadas no princípio da caridade através dos tratamentos terapêuticos ali praticados, o que reverberou no meu bem-estar físico e mental através da fé depositada.

A professora adjunta do curso de psicologia da Universidade Federal de Pelotas-UFPel e Doutora em psicologia, Miriam Cristiane Alves Seminotti, descorre mais profundamente sobre as práticas terapêuticas do terreiro:

> No terreiro são produzidas práticas terapêuticas com ações de prevenção e promoção da saúde fundamentadas em uma cosmologia que integra o mundo físico e o espiritual. [...] Trata-se de um modo de compreender o mundo e, consequentemente, o processo saúde-doença, com base em uma cosmovisão mítico-religiosa e, ao mesmo tempo, no campo da visão sistêmica complexa, na medida em que concebe a dialógica entre os mundos físico e espiritual. [...] É nessa perspectiva que os terreiros conhecem e agem sobre o processo saúde-doença. Um exemplo disso são os relatos de banhos de ervas associados a orações. No terreiro, trabalha-se com uma concepção de saúde que é pensada e produzida na relação entre o simbólico e o concreto, o natural e o tecnológico, o mítico e o empírico que se complementam e constituem o sentido de integralidade vivido nessa comunidade. Enquanto o SUS compreende a integralidade como um "conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema", no terreiro, a integralidade pressupõe a relação entre as dimensões espiritual e física que constituem os sujeitos. Essa concepção de saúde parte de uma noção de sujeito integral, [...] ao trabalhar com a tríade físico-espiritual-cultural o terreiro, com sua auto-organização, tem um modo de produzir saúde que extrapola as verdades técnico-científicas das práticas convencionais. Atua a partir de uma compreensão ampliada sobre o processo saúde-doença, corroborando diferentes abordagens terapêuticas tradicionais contempladas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, que atuam na perspectiva da prevenção, promoção e recuperação da saúde, com ênfase no cuidado continuado, humanizado e integral (ALVES, Miriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio. 2009. *Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro*. Revista Saúde Pública, São Paulo, 43(suppl. 1): 85-91.)

Diante do escrito da pesquisadora acima, compreendemos não somente a importância do patrimônio de saúde do território terreiro, como também concluímos que é reconhecido dentro da política nacional de Saúde.

Contudo, esse conhecimento não é bem aproveitado pelos gestores públicos quando analisamos, por exemplo, que a rede de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar não oferece atendimento prioritário na Rede de Atendimento Psicossocial -RAPS às vítimas, muito menos promovem campanhas de esclarecimento sobre essas práticas integrativas e complementares, o que faz com que elas enfrentarem filas longas a espera por um atendimento.

Dessa forma, o Território Terreiro, surge como esse lugar de acolhimento que através do seu conhecimento e prática ancestral de saúde, colaborando também para um

reconhecimento identitário das mulheres negras e o seu pertencimento quanto a cultura afro-brasileira na luta contra o racismo.

Kelma T'Ìyemonjá reforça a importância desse espaço quando diz:

> Portanto os Terreiros como espaços míticos ancestrais africanos promotores de saúde, guardam em seus conhecimentos e práticas as concepções de saúde da medicina tradicional africana, que utilizando-se de uma tradição oral, passa conhecimento dos mais velhos para os mais novos. Essa medicina tradicional africana inclui em seus componentes vários elementos: a natureza, o jejum terapêutico, a educação alimentar de base natural, a escuta individual das queixas, a consulta oracular aos ancestrais, a hidroterapia, dentre outros modos. Os Terreiros no Brasil e a medicina tradicional africana, possuem como fundamentação uma filosofia da ancestralidade presente numa Cosmovisão Africana que concebe a pessoa, como um conjunto articulado que envolve a sua singularidade, sua família, sua comunidade e sua ancestralidade. Saúde é um processo que envolve todas essas dimensões e expressa-se como Asè (força vital) fortalecido; para isso, os recursos da natureza são largamente utilizados, tanto em África, como no Brasil. (OTAVIANO, Kelma Luzia Nunes. 2013. *Ori Inu: conhecimentos e práticas ancestrais afro-brasileiras na saúde mental*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE)

Dessa forma, o território terreiro promove um encontro da nossa ancestralidade com o fortalecimento das nossas subjetividades identitárias, que contribuem para um caminhar sem dores e angustias das violências sofridas, promovendo a construção de novos projetos de vida.

Nesse momento, com o coração aberto e espirito desejoso de me aprofundar sobre essas praticas seculares, fui apresentada a Mãe Zimá de Ogum, onde encontrei morada,caminho e fortalecimento da minha fé.

Zimá Ferreira da Silva, nascida em 03 de abril de 1947 na cidade de Fortaleza, foi aprovada como Mestre da Cultura em 2018 na categoria Tradição, Umbanda brasileira – Medicina Tradicional de Terreiro.

Tive a oportunidade de conhecê-la em 18 de agosto do mesmo ano a convite, onde estivemos ocupando o espaço Hub Cultural Porto Dragão, dentro da Programação Experimental com o projeto M.A.R.I.A.S: Mulheres nas artes - Representatividade, identidade, artivismo e subjetividades".

Uma linda vivencia ancestral e espiritual ao qual nos deixou muito felizes quando nos relatou que, ali era sua primeira participação enquanto tesouro vivo nomeada pela SECULTCE através das leis 13.351/2003 e 13.842/2006, ao qual aceitou o pedido prontamente, devido a importância da pesquisa proposta.

> Mãe Zima veio de uma família humilde, que tem origem na cidade de Pacatuba. [...]Aos 07(sete) anos de idade, na casa de seu Avô Gastão, de quem Zimá herdou sua corrente de guias espirituais, recebeu pela primeira vez seu Orixá. [...]Aos 14 anos Zimá começa a frequentar o terreiro "Rei do Cangaço" de Zé Alberto, considerado um dos maiores umbandista do Brasil, que anos mais tarde se torna seu Pai de Santo. Mesmo com pouca idade e experiência Mãe Zimá aceita a responsabilidade de preservar a cultura de seus ancestrais. […] Como a morte de seu Pai de Santo Zé Alberto, Zimá passa a trabalhar em sua casa na Av. Domingos Olimpio, 242, no Centro de Fortaleza. Anos mais tarde funda seu próprio terreiro denominado "Ogum Megê", A Casa fica localizado na Rua José Mauricio, 800, no bairro Siqueira no Território do Grande Bom Jardim, periferia de Fortaleza, onde desenvolve suas práticas e a ritualística da Umbanda. […] Seu terreiro local é um dos mais conhecidos de Fortaleza na tradição da Umbanda.(MAE ZIMA. Disponível em: http://www.maezima.com.br/mae-zima/. Acesso em: 12 ago. 2022.)

Ao chegar no encontro, veio vestida com roupas comuns, de tom azul, sem o uso das guias por ter consciência da intolerância religiosa referente as religiões de matriz africana. Pra iniciar, cantei um ponto de Ogum, ao qual, no mesmo instante, ela retira os sapatos, ficando descalça. Ao ser perguntada sobre a busca das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ao terreiro, ela nos relatou vários casos, onde citamos um em especifico, que ao olhar para a situação de adoecimento de uma das vítimas, a primeira pergunta que ela fez foi "Como você conseguiu chegar até aqui minha filha?"

No decorrer na conversa, falou sobre a função da Umbanda quanto ao património da saúde que se baseia na cura e na caridade e que, através de rituais com plantas medicinais, faz garrafadas, banhos, lambedores, rezas e que somado a fé de quem a procura, os resultados são exitosos.

Após esse primeiro contato, marcamos de irmos ao seu terreiro chamado de Ogum Megé, localizado na Rua José Mauricio, 800, Siqueira, no território do Grande Bom Jardim, onde as giras acontecem nos dias de quartas, sextas e sábados por volta das 13h. Pediu que chegássemos as 12:00h para almoçarmos, pratica comum em seu terreiro. A alimentação e a limpeza são realizadas pelos filhos da casa, que veem nesse ato como uma forma de agradecimento, diante das demandas alcançadas.

O espaço é amplo, arejado e cheio de plantas. Na entrada, um altar para Zé Pilintra, Tranca Rua e Exu, que protegem a casa, um altar para pomba gira e os seres da encruzilhada, um pouco mais a frente, de Oxossi, para garantir que nunca lhes faltem comida na mesa e dentro do terreiro, um grande altar para Ogum.

Após almoçarmos, a gira começa. Ela vem vestida com uma saia estampada, blusa branca e cabelos soltos. Isso me fez lembrar das palavras de seu filho, Leno Farias, Ogan e pesquisador, que a manifestação tradicional praticada por sua mãe é uma umbanda cearense. O tambor não foi usado, somente em dias de festas.

As festas tradicionais da casa são de Cosmo e Damião, que atrai muitas crianças do entorno que a chamam carinhosamente de avó, onde são distribuídos doces e, a tradicional Feijoada da festa de Ogum. Toda alimentação e doces são frutos de doações feito pelos participantes, que garantem bastante fartura ao evento religioso.

Ao final, tomamos um banho de ervas e pude adquirir uma garrafada.

Desde então, minhas idas passaram a ser frequentes ao qual passei a me tornar filha da casa. Uma frase sempre dita pela mãe Zimá é “do portão para dentro, todos que lhe pede a bênção são seus filhos”.

Essa experiencia foi o pilar para o início dessa pesquisa pois nos trouxe elementos sobre a ritualística e mitologia africana, presentes no terreiro de Umbanda de Mãe Zimá de Ogum, onde tivemos acesso ao conhecimento em contexto comunitário, sendo transmitido por meio da oralidade suas crenças, mitos, histórias e práticas ancestrais, repassados de geração em geração, contribuindo para a preservação de suas identidades e da construção da narrativa que os une, atuando como disparador para essa pesquisa que encontrasse curso.

Essa experiencia foi o pilar para o início da pesquisa, pois nos trouxe elementos sobre a ritualística e mitologia africana, presentes no terreiro de Umbanda de Mãe Zimá de Ogum, onde tivemos acesso ao conhecimento em contexto comunitário, sendo transmitido por meio da oralidade suas crenças, mitos, histórias e práticas ancestrais, repassados de geração em geração, contribuindo para a preservação de suas identidades e da construção da narrativa que os une, atuando como disparador para a pesquisa historiográfica em curso.

Dessa forma, essa pesquisa que se encontra em construção ,pretende compreender a participação das comunidades tradicionais do território terreiro como patrimônio em saúde no acolhimento em saúde mental com ênfase para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, pensar o Território Terreiro na rota humanitária da rede de cuidado e atenção à saúde mental, considerar a oralidade como técnica de cura na validação do itinerário do terapêutico afrocentrado do Terreiro, considerar a oralidade como técnica de cura na validação do itinerário do terapêutico afrocentrado do Terreiro e,

finalmente, apresentar os movimentos de mulheres negras como dispositivo de luta contra o racismo e os papéis de gênero impostos por uma sociedade patriarcal referendando a atuação do Bando somos todas Marias.

A fonte de pesquisa é a vida de Mãe Zimá de Ogum, assim como o seu terreiro de Umbanda de Ogum Megê onde teoricamente, a proposta de pesquisa está relacionada à ideia de fabulação crítica de Saidiya Hartman que opera como uma alternativa para exceder ou negociar lacunas do arquivo da escravização onde também trago uma abordagem da Afrocentricidade de Molefi Asante.

Hartman explica a metodologia de fabulação crítica:

> Jogando com os elementos básicos da história e rearranjando-os, reapresentando a sequência de eventos em histórias divergentes e de pontos de vista em disputa, eu tentei comprometer o status do evento, deslocar o relato preestabelecido ou autorizado e imaginar o que poderia ter acontecido ou poderia ter sido dito ou poderia ter sido feito. Lançando em crise "o que aconteceu quando" e lorando a "transparência das fontes" como ficções da História, eu queria tornar visível a produção de vidas descartáveis (no tráfico atlântico de escravos e também na disciplina da História), descrever "a resistência do objeto", mesmo que por apenas imaginá-lo primeiro, e escutar os murmúrios e profanações e gritos da mercadoria. Aplainando os níveis do discurso narrativo e confundindo narradora e falantes, eu esperava iluminar o caráter contestado da História, narrativa, evento e fato, derrubar a hierarquia do discurso e submergir a fala autorizada no choque de vozes. O resultado desse método é uma "narrativa recombinante", que "enlaça os fios" de relatos incomensuráveis e que tece presente, passado e futuro, recontando a história da garota e narrando o tempo da escravidão como o nosso presente. (HARTMAN, S. 2020. *Vênus em dois atos*. Revista Eco-Pós, 23(3): 12–33. https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640.)

A afrocentricidade traz uma reflexão interdisciplinar sobre o que faz o historiador e realiza um deslocamento dos sujeitos africanos para o centro, e colocando-os, a partir de questionamentos, em seus respectivos lugares, contextualizando-os deixando escurecido que o conhecimento histórico é a base para a mudança contra as desigualdades sociais. Para Asante, a afrocentricidade é definida da seguinte forma:

> A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (ASANTE, M. K. 2016. *Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia*. Ensaios Filosóficos, XIV).

Pensar a afrocentricidade como elemento na construção dessa pesquisa é rejeitar a “marginalidade e a alteridade impostas pelo eurocentrismo.” (ASANTE,2007) trazendo a periferia para o centro do debate, reivindicando o direito de estarmos onde

quisermos, realizando um processo de descolonização de mentes, deslocando o discurso hegemônico em direção a uma abordagem questionadora contra a dominação cultural, cumprindo seu papel ideológico antirracista, antissexista e antiburguesa, como diz o Rapper, Pelé do Manifesto "sei que você odeia, o estilo do gueto, mas hoje, vai ter que fingir que gosta de preto". De que forma? Convivendo, assistindo, aplaudindo o nosso fazer e saber ancestral.

Conclusão Final

No âmbito de um Curso de Mestrado em História, é vital realizar uma pesquisa que contraste com a predominância do conhecimento eurocêntrico presente na grade acadêmica. Nesse sentido, torna-se crucial a produção de conhecimento, destacando as vivências e motivações desses sujeitos oriundas dessas comunidades.

Isso reforça a importância de pensarmos nossas pesquisas acadêmicas diante do que nos acontece e nos alcança; de podermos escrever a nossa história e de tantos outros sujeitos que se assemelham a nós. Há muita poeira por debaixo de nossos pés.

A pesquisa com elementos da cultura afro-brasileira, traz um manancial de disparadores provocativos, que respondem aos novos desafios da formação em História, contribuindo para o aquecimento do pensamento crítico, como forma de incentivar a quebra de estereótipos contra a população negra, favorecendo a participação mais ativa e consciente da comunidade acadêmica, na construção de uma sociedade com equidade social.

Referências:

KILOMBA, G. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019. 248 p. ISBN 978-85-5591-080-7.

HOOKS, b. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p. ISBN 978- 85-93115-21-9.

Hartman, S. (2020). Vênus em dois atos. Revista Eco-Pós, 23(3), 12–33. https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 30/08/2023.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia. Ensaios Filosóficos, Volume XIV– Dezembro/2016

HANDLER, Jerome; HAYES, Kelly. Escrava Anastácia: The Iconographic History of a Brazilian Popular Saint. African Diaspora: Journal of Journal of Transnational Africa in a Global World, n. 2, p. 25-51, 2009.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponívelem: https://www.institutomariadapenha.org.br/ acesso em 15 de maio de 2024. brasil, lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (lei maria da penha)

CEARÁ, Secult, XIV Encontro Mestres do Mundo – minidoc: maeMãe Zimá e seu terreiro de Ogum Megé, 10 de junho de 2022. DisponivelDisponível em link: https://youtu.be/nek8qwf0it0?si=8qzhf6ootbqtxi-g

BRITO, Bianca Maria Santana de. A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo. 2020. tese (doutorado em cultura e informação) - escola de comunicações e artes, universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/t.27.2020.tde-01032021-161836. acesso em: 2024-01-15

OTAVIANO, Kelma Luzia Nunes. Ori Inu: conhecimentos e práticas ancestrais afro-brasileiras na saúde mental. 2013. 96f. – dissertação (mestrado) – universidade federal do ceará, programa de pós-graduação em educação brasileira, Fortaleza (ce), 2013.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Umbanda: Entre a cruz e a Encruzilhada. Tempo social [online]. 1993, v. 5, n. 1-2 [acessado 12 janeiro 2024], pp. 113-122. disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84951>.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

ALVES, Miriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio. Atenção à saúde em uma Comunidade tradicional de terreiro. Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 43, suppl.1, p. 85-91. 2009.